ATA DA 11ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA PIRAPORA ENERGIA S.A., REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2016.

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, às 11 horas, reuniram-se na Av. Nossa Senhora do Sabará, 5312, nesta Capital, os Membros do Conselho Fiscal da Pirapora Energia S/A, que ao final assinam a presente Ata. Presentes também o Senhor Jean Cesare Negri – Diretor de Operação, o Senhor Carlos Alberto Marques da Silva – Diretor Administrativo e Financeiro, e o Senhor Paulo Roberto Lessi – Gerente do Departamento de Auditoria Interna, que responde pela Coordenação no atendimento às atividades do Conselho Fiscal perante os órgãos da Companhia, para a seguinte pauta: **1**) Informações sobre a situação atual da Usina Pirapora; **2**) Informações sobre os Riscos Regulatórios sobre o empreendimento; **3**) Fluxo de Caixa e Realização Orçamentária do Exercício 2016 e **4**) Apreciação e emissão de Parecer sobre as Demonstrações Financeiras do Exercício 2015. Iniciada a reunião, para o **item** 1 o Senhor Jean informou que o IPT Instituto de Pesquisas Tecnológicas apresentará o laudo feito sobre a avaliação técnica das pás e que comentou sobre as várias atividades realizadas entre os meses de maio e junho além de tratativas e interações junto ao Consórcio. Informou também que fará inspeções nas instalações, máquinas e equipamentos da Usina e no Túnel de Adução que encontra-se esvaziado. Nas tratativas com o Consórcio foi realizada pela Emae uma proposta de rescisão ao contrato oportunidade em que o líder do Consórcio definiu em assinar um Termo de Compromisso para promover as regularizações necessárias para a retomada das atividades de operação, e incluindo a empresa Franco Tosi como a detentora da tecnologia utilizada na construção das novas pás e assumindo o controle da sua fabricação e montagem, fabricação essa que tem a possibilidade de acontecer na Itália. Com este cenário a rescisão do contrato ficou suspensa. Questionado sobre as despesas já incorridas neste processo, informou que ainda não foram computadas, porém devem somar algo na ordem de R$2 milhões envolvendo as perícias e outras atividades já realizadas. Já sobre tratativas de ordem jurídica informou que estão sendo avaliadas mas os esforços do momento são no sentido de permitir e recuperação da Usina e posteriormente tratar estes aspectos. Os

Conselheiros chamaram a atenção sobre questões de atendimento aos ditames da contratação do Consórcio quanto a permissão ou não de eventual terceirização relacionada a empresa Franco Tosi. O Senhor Jean comentou que todas as medidas preventivas com relação a adequada condução das negociações e suas formalizações estão sendo tomadas objetivando preservar a correção de todos os atos decorrentes, e concluiu sua apresentação. Dando sequência ao **item 2** da pauta, passou a comentar sobre aspectos e riscos regulatórios da PCH Pirapora, atribuindo como o 1° e maior risco a eventual saída da Pirapora Energia do MRE Mecanismo de Realocação de Energia. Essa manutenção levaria à necessidade de compra de energia para permitir o atendimento ao contrato vigente, porém aspectos mínimos como a operação com geração na ordem de 10%, até dezembro/2017, deverão ser atendidos reestabelecendo as atividades por aproximadamente 50 dias e com uma só turbina. Reafirmou que essa é uma solução provisória e que dependerá da recuperação de 5 pás e está sendo trabalhada e monitorada quanto a sua viabilidade. Já como 2° risco, mas visto como muito menor, seria a eventual interrupção da operação comercial, contudo informou que essa é uma condição muito remota. Concluiu informando que a condução dada aos problemas existentes deverá permitir a retomada das atividades da Usina. Em seguida, passando para o **item 3** da pauta, o Senhor Carlos informou como premissas do Fluxo de Caixa a Energia Comprada considerando os valores das liquidações em fev/mar/2016 e previsão de compra de energia devido a parada das unidades UG1 (08/2016) e UG2 (02/2017). Caso a UG1 não entre em operação até junho/2016 será acrescido aprox. R$ 500 mil até Dez/2016. A redução dos Custos de Operação relativos ao contrato de prestação de serviços com a Emae, a partir de junho/2016. O pagamento de dividendos, em novembro/2016. A tabela de Investimento foi ajustada em função dos prazos licitatórios, em conjunto com a área de Suprimentos. Desta forma, o *Acumulado até Maio/2016* apresenta o *Total de Entradas* como *Orçado* em R$13 milhões e *Real* de R$12,5 milhões. Já o Total de Saídas tendo como *Orçado* R$5,7 milhões e *Real de R$5,6 milhões*. Assim, o *Caixa Final* ficou *Orçado* em R$4 milhões e *Realizado* em R$10,7 milhões. Principal aspecto foi a *não realização* do Mútuo

com a Emae *Orçado* em R$7 milhões. Passando para a *Demonstração de Resultados* a *Receita Operacional Líquida* foi Realizada em R$12,1 milhões frente *Orçada* de R$12,7 milhões. Um *EBTDA* de R$8,8 milhões contra *Orçado* em R$10 milhões. Assim, o período *Acumulado até Maio/2016* fechou com *Lucro Líquido* de R$3,7 milhões estando *Orçado* em R$6 milhões. Passando às informações do Orçamento, os Recursos Realizados foram de R$12,8 milhões frente ao Aprovado de R$16,1 milhões influenciados basicamente pela não realização do Contrato de Mútuo com a Emae. Já as *Aplicações* fecharam em R$11,5 milhões contra R$21,4 milhões *Aprovados*, influenciadas basicamente pelo menor *Investimento*, *Energia Comprada (Liquidação)* e a não realização do *Mútuo com Emae*. Feitos os esclarecimentos aos questionamentos dos Conselheiros concluiu sua apresentação. Na sequência, passando para o **item 4**, o Senhor Carlos apresentou as Demonstrações Financeiras do Exercício 2015 abordando os indicadores econômico-financeiros e seus reflexos. O Exercício 2015 fechou com *Lucro* de R$ 16,6 milhões contra R$0,3 milhão de *Prejuízo* em 2014. Com as atividades do ano de 2015 a *Receita Operacional Líquida* foi de R$27,9 milhões e as *Despesas Operacionais* em R$3,4 milhões. O *Balanço Patrimonial* apresentou evolução de 8,2% ficando em R$180 milhões. As *Despesas Operacionais* de R$3,4 milhões, agora pela entrada em operação no período, com destaque para a *Depreciação* de R$0,9 milhão, a *Compra de Energia para Revenda* de R$1,2 milhão e os *Encargos de Uso da Rede* de R$0,4 milhão. No *Resultado Financeiro* destaque para os *Juros do BNDES* computados em R$7,1 milhões. O Senhor Carlos comentou que durante o Exercício de 2016, em função do pagamento da dívida junto ao BNDES, poderá ser proposto o não pagamento dos dividendos do Exercício 2015. O Conselheiro Senhor Vicente Torres questionou a composição apresentada para a DMPL - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, onde o valor de R$11,6 milhões figura como "Dividendo adicional proposto" enquanto na reunião de março/2016 foi informado ao Conselho Fiscal este mesmo valor a título de "Reserva de Lucros". Desta forma, o Senhor Carlos informou que o DMPL analisado não está de acordo com o que foi aprovado como destinação de resultados na ata do Conselho de Administração que, conforme estatuto, tem as prerrogativas da

Assembleia Geral e solicitou rever os dados ora apresentados para eventuais ajustes ou correções para posteriormente reapresentar ao Conselho Fiscal, para sua aprovação e emissão do respectivo Parecer. Foi assim encerrada a apresentação. Registre-se que foi disponibilizado no site do Conselho Fiscal: i- Balanço DF2015; ii- Apresentação DF2015; iii- Fluxo de Caixa e DRE maio/2016. Nada mais havendo para ser tratado ou informado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata, que segue assinada pelos Conselheiros presentes.

Alexandre Modonezi de Andrade

Fernanda Montenegro M. Rizek

João Vicente Amato Torres

Luiz Antonio Carvalho Pacheco

Tzung Shei Ue